DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina129a142

A LINGUAGEM E A QUESTÃO AMBIENTAL – REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS, CIDADANIA E PRODUÇÃO SOCIAL

TELMA DOMINGUES DA SILVA

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Pref. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil

telmadds@gmail.com

Resumo. A partir da teoria da análise de discurso, este artigo procura contribuir no sentido de uma compreensão crítica da "educação ambiental", abordando elementos constitutivos do discurso ambiental em circulação hoje. O discurso ambiental pode ser analisado a partir de uma multiplicidade de materiais e de práticas de linguagem (legislação, educação, publicidade etc.). Enquanto discurso de divulgação científica, a discursividade da/na educação ambiental diz de um lugar "do urbano" e se situa frequentemente face um interlocutor "não-urbano", conforme material analisado no presente trabalho.
Palavras-chave: educação ambiental; discurso ambiental; discurso urbano; globalização.

Abstract. Based on the Discourse Analysis theory, the objective of this paper is to contribute to the critical understanding of "environmental education" by analyzing elements that constitute the environmental discourse that circulates nowadays producing specific meaning effects. The environmental discourse can be analyzed from a variety of materials and language practices (regarding, for instance, legislation, education, advertising etc.). According to the material analyzed in this study, we are allowed to affirm that, as a scientific dissemination discourse, the discursive practice of/in the environmental education depicts an "urban" place and usually situates itself regarding a "non-urban" interlocutor.
Keywords: environmental education; environmental discourse; urban discourse; globalization.

Introdução

Este artigo discute a questão ambiental em sua historicidade, compreendendo-a hoje, no contexto da sociedade contemporânea. Penso que a problemática ambiental, tal como se coloca, decorre em parte do crescimento populacional dos centros urbanos e do modo como a urbanização tem se dado – o que explica a representatividade de uma expressão como "qualidade de vida" enquanto bandeira. O trabalho irá explicitar o "urbano" como lugar discursivo (de onde se diz) e a circulação "planetária" como marcas do discurso ambiental. O material que analiso no item 2, que circula na rede, inscreve o discurso ecológico através de uma materialidade específica, em que se associam

DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina129a142

estruturas do texto publicitário e a circulação digital, isto é, a circulação planetária da/na rede.

A educação ambiental é algo que se impõe como uma necessidade evidente, como um consenso na sociedade. A evidência nos aponta para as formações ideológicas que nos constituem como sujeitos: a sociedade contemporânea é marcada de maneira destacada pelo *discurso ecológico* e pelo *discurso digital*. A linguagem no digital tem funcionamentos específicos, sendo que se têm observado a circulação de dizeres sem assunção de autoria – e o material analisado exemplifica essa afirmação.

Desse modo, objetivo deste trabalho é expor diferentes aspectos sobre o discurso ecológico, que se institucionaliza na nossa sociedade, de forma ampla e internacionalizada, atravessando as relações entre sujeito e consumo, sujeito e educação, sujeito e trabalho etc. Dada essa gama diversa, procuro compreender os sentidos que o produzem no Brasil, em textualidades como legislação, publicidade, educação etc. Assim, as análises que aqui apresento remetem: primeiramente, no item 2, a um material de ampla circulação, que mostra a representatividade do discurso ambiental como discurso da globalização; depois, no item 3, a um material de circulação local (região amazônica), que mostra como o discurso ambiental funciona, enquanto educação, a partir de uma relação desigual entre o sujeito que sabe sobre o ambiente (escolarizado, urbano) e o que deve saber (o ribeirinho).

1. Ambiente: demandas e representações da ciência para a tecnologia e educação

Como disse anteriormente, estamos vivendo um momento em que se destacam, na sociedade, as demandas e as políticas ambientais. Diante de tais demandas cabe à Universidade refletir sobre os modos de contribuição que são pertinentes, sem dúvida como formadora de profissionais, e também por meio de projetos de pesquisa e de extensão. Verifica-se o surgimento de cursos superiores voltados para a formação de profissionais para atuar na questão ambiental, como os de Bacharelado em Gestão e Análise Ambiental, Tecnólogo em gestão ambiental, Engenharia Ambiental etc.

A área (ou a questão) ambiental tem um caráter necessariamente interdisciplinar, requer das Ciências Biológicas, mas também das Ciências Humanas, da Saúde, das Engenharias etc. O curso de Gestão Ambiental geralmente integra disciplinas variadas: não se trata de compreender somente o funcionamento dos ecossistemas para a gestão do meio ambiente, mas também o funcionamento jurídico e político da sociedade, bem como compreender os processos econômicos que estão em curso na nossa sociedade.

Analisando enunciados em circulação hoje, nesse âmbito discursivo, podemos compreender diferentes aspectos que integram a questão ambiental, no entrecruzamento de discursividades diferentes. Podemos considerar não só o político, o jurídico, o econômico, mas também as ciências, naturais ou humanas, como discursividades específicas, considerando que o conhecimento se faz através de conceitos, de definições, ou seja, através de linguagem, bem como as políticas.

DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina129a142

A palavra *ecologia*, que se referia a uma disciplina da biologia que estudava os biomas, se desloca, em termos dos contextos discursivos em que se inscreve. Esse é um processo que vem se dando a partir da segunda metade do século passado. E a sua significação é produzida não apenas para dizer dos processos naturais, mas inclui o homem, em um humanismo atualizado. A partir daí, funciona de determinado modo a se associar à representação de um posicionamento político, crítico em relação a certos aspectos da sociedade atual: Marina Silva torna-se em 2014 um nome possível enquanto candidata à presidência em grande parte justamente pelo histórico com a questão ambiental.

Vamos dizer que esta seria então uma “politização do meio ambiente” como *objeto de conhecimento*, que antes era pensado apenas a partir dos seus processos biológicos: no contexto do chamado ecossistema, o ambiente ou meio ambiente significa “natureza”, pensada em termos do equilíbrio na economia de seus processos. Ou seja, o termo “meio ambiente” origina-se no âmbito da disciplina da Biologia e aí significa essa natureza em um funcionamento sistêmico, que pode ser equilibrado ou desequilibrado. Hoje, porém, na circulação que a designação alcança, pode-se dizer que ambiente ou meio ambiente significa muito mais. Além disso, com a ideia de “politização”, damos relevo ao fato de que a significação se dá através das relações históricas e do jogo de forças que a constitui, confrontando a ideia de uma Ciência que se desenvolve alheia (ao político).

Por outro lado, no conjunto do conhecimento que a nossa sociedade tem historicamente produzido, funciona a dicotomia entre natureza x cultura, que separa as áreas de estudo, de um lado as áreas que estudam os processos naturais e de outro as áreas que estudam os processos sociais, o “homem”. O termo ambiente favoreceria sair dessa dicotomia, possibilitaria um deslocamento em relação à clássica oposição entre natureza e cultura, responsável por uma divisão disciplinar primeira. No termo “ambiente”, pode-se investir na direção de uma compreensão histórica da própria natureza, cuja concepção é parte do construto humano enquanto produção simbólica.

Pesquisando sobre a memória do rio Pinheiros em São Paulo compreendi que o bairro de Pinheiros foi em determinado período um bairro de barqueiros (de barcos de extração de areia para construção) e lavadeiras (lavavam roupa no rio), antes da obra da Cia. Light que em 1940 mudou o curso do rio para a eletrificação de São Paulo. O barqueiro e a lavadeira são sujeitos que se constituíram, em dado momento, por uma relação de significação com o rio, como parte de um processo de urbanização (cf. SILVA 2014).

O discurso é prática simbólica e, a partir da análise de discurso, compreendo o ambiente enquanto corpo político da cidade, materialidade sobre a qual as intervenções e/ou movimentos produzem o espaço como espaço de sociabilidade, de circulação e de apropriação, entre o público e o privado. A cidade se constitui nas relações de significação com o ambiente: os aglomerados urbanos e a proliferação de dejetos, a poluição, as várzeas e as enchentes, ou seja, a cidade não fica “separada” do ambiente. O rio, como parte da cidade, foi primeiro inscrito como transporte, lazer, trabalho, depois como parte de sistemas de produção de energia e de escoamento de dejetos.

E aí uma crítica que podemos inicialmente fazer quanto à difusão da questão ambiental é que ao invés de compreender melhor a historicidade do/ sobre o meio

DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina129a142

ambiente, o que se verifica é que o discurso ecológico tem funcionado, ao contrário, no sentido de uma naturalização das relações históricas, já que pela "visão global" da questão, afirma-se que "o homem é o único *animal* que destrói a natureza". Nesse sentido, segundo Orlandi:

> Trata-se de não evitar a necessidade da transformação da natureza pelo ser humano. Isto é a história: essa relação necessária e transformadora do homem com a natureza e com a sociedade. Ser críticos e consequentes em relação a essa questão é, pois, não evitar a história e não procurar apagar o social como constitutivo dessas relações. *O que este discurso faz é esvaziar o social como estruturante e ficar em seus efeitos, por meio do deslize para o indivíduo*. (ORLANDI, 1996, p. 44, grifo meu)

2. Circulação e efeito de universalização

O discurso ecológico tem como característica a de ser um discurso universalizante, isto é, funciona frequentemente com o apagamento dos agentes (quem destrói a natureza?, quem deve preservar a natureza?). Se todos devem proteger o ambiente, individualmente, de que ou de quem o estamos protegendo?

Certos enunciados que circulam traduzindo a produção de um sujeito eco-consciente também traduzem essa universalização, e compõem os processos de significação da globalização. Pensando nessa produção de um discurso ecológico globalizado, trago aqui dois enunciados que circulam no espaço digital, mas também em diferentes materialidades que compõem o espaço das ruas: em cartazes, adesivos, camisetas, *bottons* etc., espaços que produzem a possibilidade de que tais dizeres tenham efeito de engajamento político para o sujeito. Ou seja, são "adereços" que permitem que a significação de engajamento resulte de um *uso* (pendurar um cartaz, vestir uma camiseta ou bottom) que traduziria esse "sujeito eco-consciente".

O primeiro é "Salve o planeta!", um chavão (clichê) repetido hoje através de paráfrases que significam essa mesma responsabilização, imputada individualmente ao sujeito. A estrutura sintática, que se apresenta no imperativo, aproxima a formulação desse enunciado ao discurso publicitário ("beba coca-cola").

Pode-se remeter este enunciado a outro: "somos todos responsáveis pela sobrevivência do planeta" ressoaria como paráfrase, mas enquanto formulação mais completa, anterior. Nesse sentido, compreendo a formulação de uma responsabilidade sobre o planeta – que é o que vemos nesses exemplos acima – funcionamento pelo apagamento de suas condições de produção. Isto é, de um dizer proveniente de uma reunião internacional de chefes de Estado, que foi depois reportado aos cidadãos desses Estados representados na ONU – resultando na responsabilização individualizada sobre a questão ecológica.

DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina129a142

Imagens extraídas, na sequência, dos seguintes portais, na internet: www.novabordados.com.br; www.imagens.zapidi.com; http://www.salveoplanetaazul.com; papodemulherindepedente.spaceblog.com.br; http://www.keepcalm-o-matic.co.uk.

Encontramos em geral, nessas textualizações, a forma verbal no modo imperativo, forma que caracteriza a ordem – mas, nesse caso, mais especificamente, uma convocação, uma convocação a um "cidadão", pois se trata de um engajamento civil, mas um cidadão não mais significado pelas relações para com um Estado nacional. O discurso ecológico, como dissemos, tem como marca o a circulação planetária, inscrevendo o sujeito nessa ordem: pela sua identificação enquanto "cidadão globalizado". Ainda em Orlandi:

> Na maior parte das vezes, fala-se da relação entre o ser humano e a natureza em termos de formação de uma consciência ecológica e chega-se a usar a referência à preservação ambiental para se falar de cidadania *sem, no entanto, preencher de sentido a cidadania em sua dimensão histórica e social*. (ORLANDI, 1996, p. 43, grifo meu)

Esse esvaziamento do social permite e se produz também justamente pela remissão ao global. Se um objetivo da educação ambiental seria produzir uma diferença em relação a uma postura de cidadania, não se trata do homem como categoria biológica, algo que funciona na medicina, mas das relações dos diferentes sujeitos com os elementos

DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina129a142

da natureza, uma natureza, diríamos então, necessariamente significada através dos discursos.

Observa-se no discurso ambiental a relação com o discurso econômico, ao se significar natureza por exemplo enquanto *patrimônio* ou *recurso*, ambos termos que remetem a bens. Não é o homem como espécie que está “destruindo a natureza”, mas a “devastação” resulta do modo como, na sociedade, a “natureza” é atravessada e significada pelos discursos políticos, econômicos etc., marcada por um determinado sistema econômico e por determinadas estruturas de poder. A sociedade moderna (em que se difunde a “degradação ambiental”...) foi também chamada urbano-industrial, expressão que a qualifica pelo seu modo de concentração no espaço e pela produção econômica, através da industrialização. E na sociedade contemporânea, da informação, aprofunda-se a visão naturalizada sobre o funcionamento mercadológico dos objetos/sujeitos.

O outro enunciado é “Reuse, recicle, reduza!”, conhecido como os três erres. Novamente, temos uma forma verbal no modo imperativo, caracterizando a ordem, ou a convocação, e a linguagem publicitária, que se dirige ao indivíduo (a “você”). Em dois dos exemplos abaixo, um efeito de texto didático nos coloca enquanto alunos que precisam aprender a lição (“repeat”/ lembre-se):

Imagens extraídas, na sequência, dos seguintes portais: http://astresmarias.blogs.sapo.pt; www.cozinhadek.com; blogs.iadb.org; http://www.bradesco.com.br/html/classic/educacao-financeira/minhas-despesas/moradia/reduza-reuse-recicle.shtm.

DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina129a142

No caso desse enunciado, ele se assemelha a uma fórmula, pois, de modo sucinto, atualiza um enunciado anterior sobre um estado de coisas observado: os recursos naturais – ditos renováveis – não são inesgotáveis. Na negativa, este enunciado anterior remete por sua vez à afirmação: “os recursos naturais são inesgotáveis” (pensou-se antes!). A inesgotabilidade dos recursos pautou uma fase do processo histórico da urbanização – momento em que o desenvolvimento se dava a despeito do custo seu ambiental!

Assim, se pensávamos antes que os recursos eram inesgotáveis, hoje sabemos que os recursos não são inesgotáveis, portanto, “reuse, recicle, reduza”. Há uma articulação de proposições funcionando como memória dessa “fórmula dos erres” hoje em circulação. Ao modo de um slogan – tem-se o trabalho de síntese sobre o verbal e a iconização da escrita – a fórmula “faz lembrar”, apagando ao mesmo tempo o percurso de pensamento a produziu.

Os enunciados dirigem-se a um tu/ você: os verbos são apresentados, como se vê, conjugados, marcando-se a segunda pessoa do discurso (singular). Os verbos dos “erres” não apresentam seus complementos, ou seja, estes não são explicitados. Apesar disso, sabemos sobre o que se está falando: é o discurso ecológico que preenche de sentido esse enunciado, que remete a um repensar sobre a utilização dos recursos naturais. (Não é o discurso da moda, por exemplo, dizendo: reuse as roupas; recicle suas calças jeans, reduza o número de sapatos em seu guarda roupa!)

3. Meio ambiente: o sentido de manejo da legislação à educação ambiental em comunidades “tradicionais”

Para finalizar, vou trazer uma análise de material de educação ambiental voltado para a região amazônica. Esse material coloca em foco a relação entre um sujeito urbano e um outro sujeito, que é identificado pela designação “comunidades tradicionais”. O termo “comunidades tradicionais”, bem como “conhecimento tradicional”, a ele associado, encontra-se presente na textualidade da legislação ambiental de nível federal mais recente, que definiu diferenciações para áreas protegidas (cf. SILVA 2007). A criação desse termo amplo – comunidades tradicionais – permite que se possa legislar sobre uma gama de diferentes populações, não só indígenas, mas outras populações, como quilombolas, caiçaras, ribeirinhas etc., que tem seu modo de vida associado ao extrativismo, ou a culturas de subsistência. Essa nomeação se produz, portanto, no contexto de uma discursividade legal (jurídica) pautada no conhecimento científico: ambiental e antropológico, por exemplo.

Assim, em termos de um discurso (científico/ ambiental) em funcionamento, o termo em sua generalidade identifica por oposição: “tradicional” se opõe a “moderno”. Nesse sentido, essa adjetivação tem como efeito distinguir o sujeito/ comunidade fora das relações econômicas características da “sociedade moderna”. O termo comunidade (ou sociedade) tradicional dá um lugar específico, na lei, a sujeitos especificados por um modo de vida (extrativismo/ cultura de subsistência). Então, diria que esse sujeito é aquele que *ainda* não se tornou “consumidor” (que está fora das coerções da sociedade urbana).

DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina129a142

Junto ao termo comunidades tradicionais, encontramos o termo **conhecimento tradicional,** que funciona semanticamente através de uma oposição a conhecimento científico, como veremos nos exemplos analisados abaixo.

Em Silva (2007), analiso o termo *manejo*, que é um termo em funcionamento na legislação ambiental:

> "Art. 2o. Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:
> [...]
> II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza [...]".
> (Extraído da Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, que cria o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação.)

Realizei primeiramente uma análise dessa formulação que encontramos na lei. Na formulação acima, através da articulação "manejo <u>do</u> uso", produz-se um desdobramento em duas posições: o sujeito do manejo e o sujeito do uso. Sem me estender na exposição da análise que realizei sobre a legislação, pode-se depreender desse desdobramento, dado o contexto dessa formulação (texto da legislação ambiental), que a população/ cidadão *usa* e o governo administra esse uso, portanto *maneja*.

Tomei depois o termo "manejo" nas cartilhas do Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea ProVárzea do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (Cf. SILVA, 2011). No conjunto das cartilhas, o sentido produzido para "manejo" é o de uma intervenção nos sistemas naturais: "Manejar é dar uma mãozinha para a natureza".

As cartilhas têm então a importante função de levar às comunidades (tradicionais) técnicas de cultivo/ manejo, possibilitando uma outra relação com o ambiente. No texto das (nas) cartilhas também são produzidos efeitos de sentido para a sociedade, na contraposição entre uma sociedade científica (a sociedade urbana) e uma sociedade outra (não-científica). Veremos como isso se dá com a análise de outros enunciados.

> Manejar é dar uma mãozinha para a natureza.
> O manejo envolve uma série de procedimentos bastante simples destinados a garantir o nascimento do maior número possível de filhotes.
> (Extraído de: Cartilha do Projeto Pé-de-pincha.)

O termo "procedimento" remete a um discurso técnico-científico, isto é, "procedimento" não é um fazer qualquer, mas um fazer estudado e aceito por uma comunidade científica. O termo manejo pode então ser significado tecnicamente, tal como nesse trecho acima enquanto "uma série de procedimentos" e, conforme encontramos no enunciado acima, ser necessário no sentido de garantir uma maior produtividade ("garantir o nascimento do maior número possível de filhotes"). Em outra cartilha, o (procedimento) científico é confrontado com outro fazer. Trata-se da Cartilha "Criação de abelhas sem ferrão".

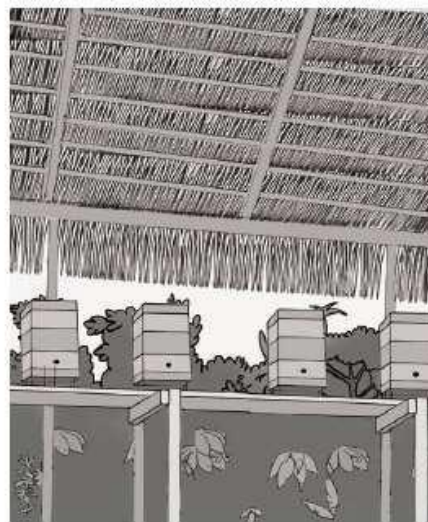
DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina129a142

Diferentes tipos de manejo

Esse é o jeito tradicional...

12

Os índios, caboclos e outros povos que vivem na Amazônia costumam extrair mel dos ocos dos paus. Às vezes, criam abelhas sem ferrão em cabaças, cortiços ou até mesmo nos locais onde elas fazem seus ninhos. Para retirar o mel, as colméias são praticamente destruídas e as abelhas têm muito trabalho para refazer suas moradias e produzir novamente. Isso prejudica a produção e pode até matar a colônia.

... mas existe a maneira racional

Depois de pesquisar muito, alguns estudiosos das abelhas sem ferrão começaram a estudar formas de criá-las em caixas racionais. Assim, surgiu um sistema simples, barato, que facilita o manejo das colméias. Dessa forma, as abelhas têm condição de produzir mais e em menos tempo. Essa atividade é chamada meliponicultura e permite criações mais produtivas.

Extraído de: Cartilha Criação de Abelhas sem Ferrão. Iniciativas Promissoras. Projeto ProVárzea/ IBAMA.

Embora o texto acima seja introduzido pelo título “Diferentes tipos de manejo”, na sua continuidade, a forma de apropriação do mel de abelhas por parte dos índios e caboclos é desqualificada. Assim, a “pesquisa” e o “estudo”, de um lado, são confrontados com os “costumes” indígenas, de outro lado, opondo-se as expressões “jeito tradicional” a “maneira racional”.

Note-se que essas expressões não são opostas em um paralelo sintático-semântico. Isto é, primeiramente, de um lado, o substantivo “jeito” pode ser associado a ocorrências discursivas mais “informais” (está relacionado a expressões com o “sem jeito” ou “de jeito nenhum”), de outro, o substantivo “maneira” pode ser associado a ocorrências mais formais (relacionado a expressões como “boas maneiras”, por exemplo): não se trata, portanto, sequer de um mesmo objeto, em função dos substantivos diferentes utilizados. Além disso, os dois adjetivos diversos, situados nessa estrutura opositiva, fazem ecoar, cada qual, seus sentidos opostos: de um lado o adjetivo “tradicional” (cujo oposto é “moderno”, que remete à nossa sociedade, uma sociedade da ciência e da técnica), de outro o adjetivo “racional”, cujo oposto é “irracional”, ou “não-racional”.

DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina129a142

Assim, muito embora essas expressões não se constituam em estruturas paralelas, sentidos opostos ecoam entre as duas no funcionamento da linguagem enquanto memória discursiva (PÊCHEUX, 1999): “jeito moderno” opondo-se a jeito tradicional ou “maneira não-racional” opondo-se a maneira racional.

Primeiramente: dizer “jeito” não é como dizer “procedimento”, portanto, o termo “jeito” aponta justamente a falta de “procedimento”, é a falta de um domínio técnico-científico, que fica aí marcada. O adjetivo racional vai ser atribuído a outros termos na sequência do texto: “caixas racionais” (p. 12); “criação racional” (na sequência, p. 13), e a “atividade” que é aí descrita tem ainda uma nomeação científica, “meliponicultura”.

Há redundância e excesso nas qualificações do científico, que são também significativas da falta no outro lado. E, enfim, com a contraposição de “maneira racional” em relação a “jeito tradicional”, o conhecimento tradicional ficará significado como não-racional, no sentido de um “fazer” anterior à ciência, primitivo...

Desse modo, a cartilha oferece o domínio do técnico-científico (como resultado de pesquisas de estudiosos), como substituição ao costume ou à criação primitiva de abelhas (feita por índios, caboclos e outros povos que vivem na Amazônia).

Nesse contexto, mostra-se que os sentidos para “conhecimento” aí presentes são constituídos pelas evidências ideológicas da sociedade urbana, da sociedade técnico-científica: leva-se o conhecimento, que é da ordem do científico, em substituição ao não-conhecimento, ao desconhecimento.

Através desses dois exemplos, percebe-se que, nas cartilhas, em sua enunciação dirigida às chamadas comunidades tradicionais, não se propõe uma outra forma de relação com os recursos naturais, mas se impõe, já que a relação das comunidades tradicionais com o meio ambiente aí representada é desqualificada. A análise desse material mostra o funcionamento discursivo-ideológico que opõe em um paralelo desigual o conhecimento (ciência) ao não-científico (desconhecimento). Essa desqualificação resulta de certa forma da sociedade urbana/técnico-científica “olhar” essa outra sociedade – isto é, são as marcas no discurso de um funcionamento ideológico próprio de nossa sociedade (“moderna”).

Nessas cartilhas, uma série de enunciados vai construindo os sentidos de conhecimento científico e conhecimento tradicional através de uma oposição e, junto a esta oposição, também os sentidos de uma oposição entre a sociedade urbana e a sociedade da várzea, com as suas “populações tradicionais” – oposição que opera uma desigualdade entre os sujeitos, em função de um domínio dos procedimentos técnico-científicos.

O reconhecimento das chamadas comunidades tradicionais é um momento importante do processo discursivo ambiental, em que se procura valorizar outras formas de relação com o ambiente e a natureza – importante, inclusive, pois a sociedade urbano-industrial se reconhece hoje pela não observância das questões ambientais no decorrer do processo de “desenvolvimento” econômico. O material analisado, porém, mostra as contradições de tal reconhecimento, na medida em que, em um contexto de educação

DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina129a142

ambiental como esse, o "conhecimento tradicional" é confrontado com o conhecimento científico.

Finalizando

Em termos de um macro discurso, o discurso ecológico se insere em determinado ponto de um processo discurso do/sobre o urbano, em que ao invés de olhar e dizer sobre "a construção da cidade", começamos a olhar e dizer sobre "a destruição da natureza". Quando tomamos um rio, analisando os discursos que constituíram a sua significação em uma cidade – como eu tomo o Rio Pinheiros em São Paulo – percebemos esse processo discursivo. Primeiro, tira-se a areia do Rio Pinheiros para a construção dos edifícios em São Paulo, depois, realiza-se uma obra chamada de retificação, em que o rio é canalizado e utilizado para a produção de energia elétrica... A justificativa quanto às obras realizadas nos rios muitas vezes é a ocorrência de enchentes, momentos em que o rio invade espaços ocupados, urbanizados. Hoje, a demanda que se tem sobre o rio Pinheiros é pela sua despoluição.

Comecei pesquisando e procurando compreender o discurso ecológico no início da década de 90, quando ocorreu no Brasil a chamada Eco 92, ou Rio-92, conferência promovida pela Organização das Nações Unidas para discutir as questões ambientais em âmbito global. Nessa época, surge com mais força a noção de desenvolvimento sustentável. Havia ainda naquele momento uma discussão em relação à terminologia, no âmbito da economia, chegando-se a propor o termo ecodesenvolvimento.

Mas é *desenvolvimento sustentável* o termo que irá prevalecer, circulando hoje mais sintetizado como "sustentabilidade". O que essa adjetivação produz para os sentidos de desenvolvimento? Um efeito dessa adjetivação é manter para os sentidos de "desenvolvimento" sua opacidade mesma. Ou seja, sobre o que é o desenvolvimento na sociedade brasileira para os diferentes sujeitos não se discute. O que indicaria que o sentido de tal termo seria transparente, funcionando em um efeito de evidência. O investimento no termo "desenvolvimento sustentável", antes, silencia a discussão sobre os sentidos de "desenvolvimento", que se mantém, de fato, nessas condições, como emblema das relações de mercado e do sistema econômico capitalista. (O mesmo para todas as práticas econômicas que sofrem essa adjetivação.)

Em meu percurso de trabalho, fui da reflexão sobre a questão ecológica significada como proposta de mudança política à sua significação enquanto "mercado verde", que realizo através da análise de materiais que fazem parte do cotidiano do sujeito urbano: embalagens e publicidade. No conjunto, desenvolvi trabalhos de análise em diferentes textualidades, como legislação, publicidade etc. A análise de material da publicidade (embalagens, em especial) me fez compreender *consumo como gesto simbólico*, constitutivo de um sujeito urbano (SILVA 2007b e 2008).

Das organizações internacionais em seu movimento de gestão planetária sobre os recursos, ao dia-a-dia das grandes cidades, o discurso ambiental é marca de uma sociedade urbanizada, globalizada, uma sociedade da informação.

DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina129a142

A publicidade e as embalagens são parte significante das práticas de consumo na sociedade, formulações em que o gesto de consumo se materializa. E, ao dirigir-se ao sujeito urbano, por meio dessas formulações (publicidade/ embalagens), o discurso ambiental incide na significação do consumo e do próprio consumidor. O sujeito consumidor é um sujeito urbano e esses elementos estão presentes fazendo parte do conjunto disperso de textos que integra e produz o espaço social como *espaço urbano*.

Na análise de discurso, procuramos compreender a linguagem em seu funcionamento na sociedade, compreender como se dá a produção de sentidos e, constituído pelos mesmos processos de significação, também compreender o sujeito, que é, tal como concebemos, um sujeito *da linguagem* e *de linguagem*. Ou seja, o que interessa não é o consumo empírico, mas o fato de que, enquanto sujeitos, estamos situados nesse lugar (consumidor) e respondendo a isso em termos de um funcionamento simbólico, um funcionamento que diz respeito à linguagem.

Na sociedade da informação, os efeitos de sentido produzidos com a inscrição dos selos e dessa educação socioambiental, como parte do próprio produto, são de um consumo e de um mercado diferenciados pela remissão a um *engajamento político* enquanto comprometimento do cidadão. As imagens de uma *empresa politicamente engajada* e de um *consumo engajado* resultam da associação de determinados produtos a determinadas causas ambientais ou sociais. Ocorre o que tenho chamado de um processo de requalificação do mercado e do consumo que se produz através dessa “informação” enquanto efeito agregado ao produto. Com a identificação pela “causa ambiental”, o sujeito se destaca da massa, através de um efeito de domínio sobre informações da ordem do científico (extinção das espécies e de biomas, poluição ambiental, mudanças climáticas...). Assim, a identificação para com o “consumo qualificado” – dito “consumo consciente” – é parte da produção de um sujeito urbano hoje, sujeito necessariamente afetado pelas discursividades globalizadas.

Temos o discurso ecológico funcionando como esse qualificador hoje das relações comerciais, das empresas e dos produtos etc., um qualificador das instituições urbanas, das práticas urbanas – qualificação que se marca na própria linguagem através de adjetivações em expressões conhecidas (exploração *racional*; turismo *ecológico*; agricultura *sustentável*; produtos *orgânicos*; mercado *verde*; educação *ambiental*; empresa *responsável*; consumo *responsável* ou consumo *consciente* etc. etc.).

De um lado, no contexto dos grandes centros, uma educação ambiental que se traduz em educação para um novo/ outro patamar de consumo, que integra sujeitos numa circulação diversa. Mas a cidade, por outro lado, expande ainda suas formas de normatização sobre áreas antes não urbanizadas. A legislação ambiental é também uma forma de urbanização. A educação ambiental dirigida às comunidades tradicionais assume forma de divulgação científica e situa o sujeito local como o *sujeito do uso*, passível de “manejo” através da legislação ambiental e das técnicas científicas.

É ainda de um lugar urbano de dizer (sujeito urbano) que se formula esse discurso, analisado aqui através de um material desenvolvido na forma de “cartilha”. Nesse material, a produtividade e a legalidade jurídica são “valores em si”, repassados (da sociedade moderna à tradicional) de modo a desconhecer a possibilidade de uma sociedade diversa, baseada em outras relações. Nos textos analisados, o conhecimento

DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina129a142

científico é disponibilizado no desenvolvimento de procedimentos e técnicas para o aumento da produtividade.

Um elemento característico da significação econômica, ideologicamente associada aos sentidos de "desenvolvimento" é, por exemplo, a produtividade: produzir mais e, sobretudo, produzir mais com menos (mais produção agrícola com menos terra e/ou menos trabalhadores; mais produção industrial com menos trabalhadores, menos despesas, visando maior lucratividade...). A produtividade e a produção em série é um elemento característico da significação econômica ainda hoje e ideologicamente associada aos sentidos de "desenvolvimento".

Referências bibliográficas

BRASIL, MMA, Ibama. Site disponível em www.ibama.gov.br/institucional/historia/index.htm; consultado em 21/03/2007.

ORLANDI, E. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

_____. **Discurso e texto** – formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. O discurso da educação ambiental. Em: TRAJBER, R.; MANZOCHI, L. H. **Avaliando a educação ambiental no Brasil**: materiais impressos. São Paulo: Gaia, 1996.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso** – uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

SILVA, T. D. Arquivos urbanos: meio ambiente entre nomeações e imagens. **Revista Conexão Letras** [A noção de arquivo em Análise do Discurso: relações e desdobramentos], Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vol. 9, n. 11, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

_____. Educação ambiental: a educação para o consumo na sociedade da informação. **Linguagem em (Dis)curso,** vol.11, n. 3, pp. 563-584 [*on-line*] 2011.

_____. Populações e conhecimentos tradicionais: uma análise da educação ambiental nas cartilhas do Pró-Várzea. **Revista Moara,** nº 34, julho-dez. 2011.

_____. Comunicação e imagem pública: entre a televisão e a internet. Comunicação no Congresso da ANPOLL, GT de Análise de Discurso, Linha de Pesquisa "O Verbal e o não verbal", julho de 2008.

_____. A natureza como 'patrimônio público': discutindo a instituição das áreas protegidas no Brasil. **Revista Ideias,** nº 14, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2007.

_____. Sujeito urbano e discurso político: ambientalismo e cidadania na sociedade brasileira globalizada. Projeto de Pesquisa desenvolvido como pesquisadora colaboradora no Laboratório de Estudos Urbanos - Labeurb/ NUDECRI/ Unicamp, 2007b.

***

Artigo recebido em: dezembro de 2015
Aprovado e revisado em: fevereiro de 2016.
Publicado em: março de 2016

Para citar este texto:
SILVA, Telma Domingues da. A linguagem e a questão ambiental – representações políticas, cidadania e produção social. **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso], Seção Estudos, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre (MG), vol. 12, p. 129-142, jan. - jun. 2016.
DOI: http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina129a142